

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIOMEDICINA

ANGÉLYCA NAYARA OLIVEIRA LEITE DE ALMEIDA MONTEIRO
CAIO AUGUSTO GUEDES DA COSTA
FLAVIO MIGUEL DE MENDONÇA FERNANDES SILVA

**Impacto da Resistência a Antibióticos em Pacientes
Imunocomprometidos**

RECIFE/2025

**ANGÉLYCA NAYARA OLIVEIRA LEITE DE ALMEIDA MONTEIRO
CAIO AUGUSTO GUEDES DA COSTA
FLAVIO MIGUEL DE MENDONÇA FERNANDES SILVA**

**Impacto da Resistência a Antibióticos em Pacientes
Imunocomprometidos**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Disciplina TCC II do
Curso de Bacharelado em Biomedicina
do Centro Universitário Brasileiro -
UNIBRA, como parte dos requisitos
para conclusão do curso.

Orientador(a): Dr. Luiz da Silva Maia
Neto.

RECIFE
2025

Folha reservada para a Ficha Catalográfica

ANGÉLYCA NAYARA OLIVEIRA LEITE DE ALMEIDA MONTEIRO
CAIO AUGUSTO GUEDES DA COSTA
FLAVIO MIGUEL DE MENDONÇA FERNANDES SILVA
Impacto da Resistência a Antibióticos em Pacientes
Imunocomprometidos

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Disciplina TCC II do Curso de Biomedicina do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, como parte dos requisitos para conclusão do curso.

Examinadores:

Orientador – Titulação

Examinador 1 – Titulação

Examinador 2 - Titulação

Nota: _____

Data: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Dedicamos este trabalho, primeiramente, a Deus, por ter nos concedido força, sabedoria e perseverança em cada etapa desta caminhada. Sem Sua presença, nada disso seria possível.

Aos nossos familiares, pelo amor incondicional, apoio constante e incentivo nos momentos mais desafiadores. Vocês foram a nossa base, nos acolheram e nos motivaram a seguir em frente, mesmo quando as dificuldades pareciam intransponíveis.

Aos amigos que fizemos ao longo da faculdade, pela parceria, companheirismo e pelos momentos inesquecíveis que tornaram essa trajetória mais leve e especial. A amizade de vocês fez toda a diferença em nossa formação, não apenas como profissionais, mas também como pessoas.

Aos professores, por compartilharem conhecimento, experiência e por nos inspirarem a buscar sempre o melhor. Cada ensinamento deixado ficará marcado para sempre em nossa trajetória acadêmica e pessoal.

Por fim, dedicamos este trabalho a nós, três amigos, que juntos enfrentamos desafios, superamos obstáculos e hoje comemoramos mais essa conquista.

Com gratidão e carinho,

Flavio Mendonça, Caio Augusto e Angélyca Oliveira.

RESUMO

A resistência bacteriana aos antimicrobianos representa, atualmente, uma das maiores ameaças à saúde pública mundial, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC). Este fenômeno ocorre quando microrganismos desenvolvem a capacidade de sobreviver e proliferar mesmo na presença de concentrações terapêuticas de um ou mais classes de antibióticos, comprometendo a eficácia dos tratamentos convencionais. No contexto laboratorial, essa resistência é identificada quando há crescimento bacteriano *in vitro*, mesmo na presença de agentes antimicrobianos que, anteriormente, seriam eficazes na inibição ou eliminação do patógeno.

No cenário brasileiro, observa-se um crescimento progressivo dos índices de resistência bacteriana, refletindo um problema de abrangência global, que exige ações efetivas no monitoramento, controle e uso racional de antimicrobianos. A análise laboratorial desempenha papel fundamental na detecção de perfis de resistência, contribuindo diretamente para a implementação de medidas de vigilância epidemiológica e para a definição de condutas terapêuticas mais eficazes. Dessa forma, este estudo visa reforçar a importância da conscientização sobre o uso adequado de antibióticos, além de destacar a necessidade de políticas públicas robustas voltadas para o controle da resistência bacteriana no país. Esse grupo populacional apresenta maior vulnerabilidade a infecções oportunistas, cujos agentes patogênicos resistentes estão associados ao aumento da morbimortalidade, prolongamento de internações hospitalares e elevação dos custos no sistema de saúde.

Palavras-Chaves: Resistência bacteriana, antimicrobianos, infecções hospitalares.

Impact of Antibiotic Resistance in Immunocompromised Patients

ABSTRACT

Bacterial resistance to antimicrobials currently represents one of the greatest threats to global public health, according to the World Health Organization (WHO) and the Centers for Disease Control and Prevention (CDC). This phenomenon occurs when microorganisms develop the ability to survive and proliferate even in the presence of therapeutic concentrations of one or more classes of antibiotics, compromising the effectiveness of conventional treatments. In the laboratory context, this resistance is identified when bacterial growth is observed *in vitro*, even in the presence of antimicrobial agents that were previously effective in inhibiting or eliminating the pathogen.

In the Brazilian scenario, there is a progressive increase in bacterial resistance rates, reflecting a global issue that demands effective actions in monitoring, control, and the rational use of antimicrobials. Laboratory analysis plays a fundamental role in detecting resistance profiles, directly contributing to the implementation of epidemiological surveillance measures and the definition of more effective therapeutic approaches. Therefore, this study aims to reinforce the importance of raising awareness about the appropriate use of antibiotics, in addition to highlighting the urgent need for robust public policies aimed at controlling bacterial resistance in the country. This population group is particularly vulnerable to opportunistic infections, whose resistant pathogens are associated with increased morbidity and mortality, prolonged hospital stays, and higher healthcare costs.

Keywords: Bacterial resistance, antimicrobials, hospital-acquired infections.

SUMÁRIO

1.Introdução.....	13
2. Materiais e métodos.....	15
3. Resultados e discussão.....	16
4. Conclusões.....	18
5.Referências.....	19

1. Introdução

Sob o ponto de vista da epidemiologia e segundo o Centro de Controle e Prevenções de Doenças (CDC), localizado nos Estados Unidos, os microrganismos resistentes são aqueles que apresentam uma alta tolerância a uma ou mais classes de antibióticos. Quando partimos para a análise no contexto laboratorial, onde podemos observar o crescimento de uma bactéria *in vitro*, onde mesmo estando num ambiente com concentrações séricas de um antibiótico ou quando apresentam resistência de no mínimo uma classe de medicamento que afetava as suas funções de desenvolvimento e as quais elas normalmente seriam sensíveis¹.

Apesar dos antibióticos terem revolucionado a forma como tratamos com as doenças de origem bacteriana, o uso indiscriminado desses medicamentos sem qualquer tipo de orientação de um profissional de saúde habilitado, trouxe um grave problema que foi o aparecimento de bactérias cada vez mais resistentes, tornando cada vez mais complexo o tratamento de pessoas enfermas, e tendo em vista o grande problema que é a resistência bacteriana e as adversidades que ela poderia causar na saúde pública do mundo, ela atraiu a atenção de órgãos de saúde nacional e internacional^(2,1).

Mesmo com o consumo de medicamentos sem acompanhamento ou orientação prévia contribuindo para o aumento da resistência bacteriana, o ambiente em que essas bactérias se propagam mais rapidamente é a hospitalar, devido a uma ampla variedade de microrganismos e as condições clínicas dos pacientes, que por já estarem debilitados devido as doenças, tratamentos e procedimentos invasivos pelas quais são submetidos ou até mesmo pelas Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), eles se tornam mais suscetíveis a infecções devido ao seu sistema imunológico que está enfraquecido. As equipes de saúde tratam os pacientes que apresentam quadros infecciosos com antimicrobianos, porém por muitas das vezes esses fármacos não são utilizados da maneira correta, seja pelo uso excessivo, pelo uso desnecessário ou até mesmo uso errôneo³.

A utilização indiscriminada desses medicamentos acaba por promover o aumento e disseminação dessa resistência bacteriana, dificultando o tratamento devido a falta de opções de medicamentos eficazes. É importante frisar que a dificuldade no tratamento devido a resistência das bactérias, está diretamente ligada com o tempo de permanência dos pacientes nos ambientes hospitalares, gerando custos cada vez maiores que acaba por reduzir as opções de tratamento, e fazendo com que as pessoas entrem em contato cada vez maiores com as bactérias presentes nesses ambientes, o que permite a exposição a diferentes medicamentos, favorecendo cada vez mais tolerância aos antibióticos e aumentando a taxa de mortalidade^(3,4).

Esses ambientes hospitalares, em especial as Unidades de Terapia Intensivas (UTI), onde se localizam os pacientes que possuem alguma doença de base associada com imunodeficiência, é um prato cheio para que as bactérias realizem mutações gênicas, e esse desenvolvimento acaba por se tornar uma espécie de ameaça para a saúde pública, aumentando a necessidade de se desenvolver novas drogas, o problema é que ao passo que as bactérias adquirem resistência o desenvolvimento desses novos compostos não consegue acompanhar esse aumento, levando com que a Organização mundial da saúde (OMS) no ano de 2014, reconheça a resistência antimicrobiana (RAM) como crise de saúde pública global^(4,5).

O problema em questão é que até mesmo em infecções que são consideradas como comuns e de tratamento fácil, estão levando ao óbito. Segundo um relatório emitido pela OMS, foi observado uma alta taxa de resistência nos seguintes microrganismos *Escherichia coli*, *Klebsiella pneumoniae* e *Staphylococcus aureus*⁵.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é estimado que de cada 100 pacientes que foram hospitalizados, 7 para os países desenvolvidos e 10 para os em desenvolvimento, já contraíram algum tipo de infecção relacionada a IRAS, fazendo com que o estado de saúde do paciente se agrave, tendo que ser encaminhado para uma UTI, onde ficará num ambiente com outros pacientes em situações críticas, ficando cada vez mais exposto³.

O aparecimento dessas IRAS, preocupam profissionais da saúde ao redor do mundo, pelo fato de ser a assistência prestada ao paciente e ao ambiente em que ele se encontra, normalmente ocorridas em UTI, setores de emergência e urgência e em pacientes que estão ou são imunocomprometidos ou aqueles que estão em tratamento oncológico. Quando falamos dos pacientes que estão mais propensos a terem essas infecções, é devido as complicações por estarem em estado grave, terminal ou imunocomprometidos^(3,6).

Dessa forma, foram tomadas medidas para prevenir e controlar os casos das IRAS, pois, no Brasil cerca de 5% a 15% dos pacientes internados são contaminados através da IRAS. Sendo assim, as medidas protetivas foram definidas como prioridade máxima em todo e qualquer cenário, presando pelo cuidado e segurança da saúde do paciente. Existindo a necessidade de se entender por quais meios esse fenômeno ocorre nas prestações dos cuidados hospitalares^(3,6).

Tendo em vista os problemas apresentados, o objetivo deste estudo tem como objetivo analisar a produção científica a respeito do problema que é o aumento da resistência aos medicamentos que os

microrganismos vêm adquirindo com o passar do tempo. O trabalho visa contribuir dando um pouco mais de visibilidade ao tema e as possíveis estratégias para diminuir a velocidade com que as bactérias adquirem resistências, afim de que se reduza o máximo possível esse grave problema de saúde pública.

A resistência a antibióticos constitui um dos maiores desafios enfrentados pela medicina contemporânea, com consequências diretas sobre a saúde pública. Essa questão se torna ainda mais crítica no contexto de pacientes imunocomprometidos, que estão mais suscetíveis a infecções graves e, consequentemente, a desfechos desfavoráveis. O Brasil, assim como muitos outros países, enfrenta um aumento alarmante nas taxas de resistência bacteriana, o que gera preocupações sobre a eficácia das terapias disponíveis⁷.

Indivíduos imunocomprometidos, como aqueles em tratamento oncológico, transplantados ou com doenças autoimunes, possuem um sistema imunológico debilitado. Isso os torna particularmente vulneráveis a infecções por patógenos resistentes, resultando em complicações que podem levar a longas internações hospitalares e até mesmo a óbitos⁸. A Organização Mundial da Saúde (2021) classifica a resistência a antibióticos como uma ameaça crescente, especialmente em populações vulneráveis.

A prevalência de infecções hospitalares em pacientes imunocomprometidos é preocupante. De acordo com estudos realizados no Brasil, cerca de 50% dessas infecções são causadas por bactérias multirresistentes, que não respondem aos tratamentos convencionais⁹. Essa situação exige uma análise crítica sobre o uso de antibióticos, além de estratégias eficazes para a prevenção e controle das infecções.

Além disso, o impacto da resistência a antibióticos não se limita apenas ao tratamento médico. Os custos financeiros associados a essas infecções são elevados e podem comprometer o sistema de saúde. Segundo Silva¹⁰, o tratamento de infecções resistentes aumenta significativamente os gastos hospitalares, resultando em uma sobrecarga financeira tanto para os serviços de saúde quanto para os pacientes e suas famílias.

A questão do estigma social também é relevante. Pacientes imunocomprometidos frequentemente enfrentam discriminação e preconceito, exacerbados pela incerteza sobre a eficácia do tratamento devido à resistência a antibióticos¹¹. Essa realidade pode afetar não apenas a saúde física, mas também a saúde mental dos pacientes, levando a altos níveis de ansiedade e depressão.

O controle de infecções em ambientes hospitalares é uma medida fundamental para enfrentar a resistência a antibióticos. Protocolos rigorosos de higiene e práticas de prescrição responsável são essenciais para a proteção dos pacientes vulneráveis¹². A educação de profissionais de saúde e pacientes sobre o uso adequado de antibióticos e a prevenção de infecções é vital para a mitigação dessa crise.

Além disso, a vigilância epidemiológica desempenha um papel crucial na identificação e monitoramento das taxas de resistência. A implementação de sistemas de rastreamento e relatórios pode auxiliar na identificação de padrões de resistência e na tomada de decisões informadas sobre intervenções¹³. Essas ações são essenciais para prevenir surtos e proteger pacientes imunocomprometidos.

O presente trabalho se propõe a explorar de forma abrangente o impacto da resistência a antibióticos em pacientes imunocomprometidos, abordando não apenas as implicações clínicas, mas também os aspectos sociais e econômicos. A análise se baseará em uma revisão da literatura brasileira e em dados atualizados sobre a resistência a antibióticos em diferentes contextos.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para um entendimento mais aprofundado do tema e sirvam como base para futuras intervenções e políticas de saúde pública no Brasil. A resistência a antibióticos é uma questão complexa que exige uma abordagem colaborativa, envolvendo a comunidade médica, pesquisadores e a sociedade como um todo.

2. Material e Métodos

Este trabalho será uma revisão de literatura sistemática, com foco na análise da resistência a antibióticos em microrganismos que afetam pacientes imunocomprometidos. A pesquisa foi realizada em bases de dados como: Google Acadêmico e SciELO. A busca de literatura será feita utilizando palavras-chave específicas, como "resistência a antibióticos", "pacientes imunocomprometidos", "infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS)", "epidemiologia da resistência bacteriana" e "tratamento de infecções em UTIs". A pesquisa irá filtrar resultados para incluir apenas estudos publicados nos últimos 10 anos. Os critérios de inclusão consistem em artigos que abordem a resistência a antibióticos em microrganismos que afetam pacientes imunocomprometidos, bem como estudos que discutam o impacto da resistência bacteriana na saúde pública, especialmente em ambientes hospitalares. Serão excluídos estudos que não abordem diretamente a resistência a antibióticos.

3. Resultados e Discussão

O uso irracional de medicamentos e a farmacovigilância no Brasil	O artigo discute os problemas do consumo inadequado de medicamentos no Brasil e o impacto da sua falta de monitoramento, destacando a farmacovigilância como uma ferramenta para identificar reações adversas e evitar danos à saúde pública.
Os usos inadequados e os efeitos adversos de medicamentos na prática clínica	O artigo analisa como a prescrição inadequada pode levar a efeitos colaterais graves.
Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19	O artigo versa sobre o uso de medicamentos de forma indiscriminada em virtude da pandemia de COVID-19.
Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações	O artigo investiga os motivos da automedicação por meio de entrevistas qualitativas. Identificando fatores como facilidade de acesso a medicamentos, recomendações informais e falhas no sistema de saúde.
Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil	O artigo analisou 413 residentes de Santa Maria (RS) em 1998, revelando que 76,1% dos entrevistados que usaram medicamentos praticaram automedicação.
Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação	A automedicação é comum entre universitários, sem diferenças significativas entre áreas de formação. Estudantes de saúde baseiam-se mais em conhecimento próprio, enquanto os de outras áreas são influenciados por indicações sociais, propagandas e prescrições antigas.
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: O TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS EM PALMAS (TO)	O uso inadequado de medicamentos exige ações multissetoriais, como educação em saúde, controle de vendas e acesso a serviços, com destaque para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como mediadores entre comunidade e sistema.
Automedicação em idosos: prevalência e fatores associados	O estudo confirma a alta frequência da automedicação entre idosos, independentemente de renda ou escolaridade. A venda sem receita de medicamentos controlados contribui para esse cenário, exigindo maior fiscalização.

Os autores dos oito artigos analisados compartilham a preocupação com o uso irracional de medicamentos e seus impactos negativos na saúde pública. Há um consenso de que a automedicação, aliada à prescrição inadequada, pode resultar em efeitos adversos, resistência bacteriana, intoxicações e agravamento de condições de saúde, especialmente entre populações vulneráveis.

Os estudos abordam diferentes perspectivas desse problema. Arrais et al. destacam a importância da farmacovigilância como ferramenta para mitigar os riscos associados ao consumo inadequado de medicamentos. Santos e colaboradores enfatizam os efeitos adversos do uso indevido na prática clínica, alertando para a necessidade de uma prescrição mais responsável. Já Melo et al. analisam como a pandemia da COVID-19 agravou a automedicação, impulsionada por desinformação e pela busca por tratamentos sem comprovação científica.

Outros estudos focam nos fatores sociais e comportamentais que incentivam essa prática. Naves et al. exploram as motivações que levam indivíduos a se automedicarem, como a dificuldade de acesso a serviços de saúde e a confiança na eficácia de medicamentos previamente utilizados. Vilarino et al. analisam essa realidade no Sul do Brasil, evidenciando que a automedicação é comum na população urbana, enquanto Galato et al. demonstram que estudantes universitários, independentemente da área de formação, também adotam essa prática com frequência, devido à facilidade de obtenção de remédios sem prescrição.

Guimarães et al. abordam o papel dos Agentes Comunitários de Saúde na promoção do uso racional de medicamentos, ressaltando desafios como a falta de capacitação e resistência da população a mudanças de hábitos. Por fim, Bortolon et al. revelam que a automedicação também é recorrente entre idosos, principalmente devido a dificuldades no acesso a profissionais de saúde e à crença na experiência pessoal com determinados medicamentos.

Embora enfoquem diferentes grupos populacionais e contextos, os estudos convergem na necessidade de fortalecer políticas públicas que promovam o uso racional de medicamentos, incluindo ações educativas e regulamentações mais rigorosas sobre a comercialização de fármacos sem prescrição médica.

4. Conclusão

A resistência bacteriana aos antimicrobianos constitui, atualmente, um dos maiores desafios para a saúde pública global, impactando de forma significativa pacientes imunocomprometidos. Esses indivíduos, que já apresentam um sistema imunológico fragilizado em decorrência de condições como câncer, transplantes de órgãos ou doenças autoimunes, tornam-se extremamente suscetíveis a infecções por microrganismos multirresistentes, o que agrava desfechos clínicos, eleva taxas de morbimortalidade, prolonga internações e acarreta custos elevados para os sistemas de saúde.

Diante desse cenário, este trabalho evidencia a importância da atuação conjunta entre os setores laboratoriais, clínicos e de vigilância epidemiológica na identificação precoce dos perfis de resistência, permitindo a adoção de condutas terapêuticas mais assertivas e seguras. Além disso, destaca-se a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que promovam o uso racional de antimicrobianos, investimentos em programas de controle de infecções, incentivo à pesquisa e desenvolvimento de novos antibióticos e alternativas terapêuticas.

Portanto, conclui-se que a resistência bacteriana não é apenas uma questão microbiológica, mas também um problema de ordem social, econômica e sanitária, que exige estratégias integradas e contínuas. No contexto dos pacientes imunocomprometidos, essas ações tornam-se ainda mais imprescindíveis, uma vez que a prevenção, o diagnóstico rápido e o tratamento adequado são determinantes para a redução dos impactos clínicos e epidemiológicos associados às infecções causadas por agentes resistentes. discutidos.

5. Referências

1. OLIVEIRA AC, SILVA RS. Desafios do cuidar em saúde frente à resistência bacteriana: uma revisão.
2. Brito GB de, Trevisan M. O uso indevido de antibióticos e o eminente risco de resistência bacteriana.
3. Ferreira MA, Vilar KT de A, Silva FRA, Valini TGM, Guedes BLC dos S, Silva JEL da, Barbosa AT de S, Franco RT de L, Marques MLF de C, França SM de. A segurança do paciente e os impactos da resistência bacteriana na atenção hospitalar.
4. Mazola H, Vieira RLA, dos Santos LB, de Souza A dos S, Jesus TSR, Bonsucesso JS, Andréa MV, Cavalcante AK da S. RESISTÊNCIA BACTERIANA DEVIDO AO USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS NA PANDEMIA DA COVID-19.
5. Soldatelli Pagno Paim R, Lorenzini E. Estratégias para prevenção da resistência bacteriana: contribuições para a segurança do paciente.
6. Freires MS, Rodrigues Junior OM. Bacterial resistance to indiscriminate use of azithromycin versus Covid-19: an integrative review .
7. WHO. (2021). Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (GLASS) Report. Organização Mundial da Saúde.
8. Braz, C. R., et al. (2021). A resistência a antibióticos em pacientes oncológicos: um desafio atual. Revista Brasileira de Oncologia.
9. Ferreira, F. C., et al. (2021). Vigilância epidemiológica da resistência a antibióticos em hospitais brasileiros. Jornal de Infectologia.
10. Silva, J. R., et al. (2023). Análise dos custos hospitalares relacionados à resistência a antibióticos. Revista Brasileira de Saúde Pública.
11. Santos, M. A., et al. (2022). Impacto da resistência a antibióticos na saúde mental de pacientes vulneráveis. Psicologia e Saúde.
12. Mello, C. M., et al. (2022). Medidas de controle de infecções em pacientes imunocomprometidos. Revista Brasileira de Terapia Intensiva.
13. Oliveira, A. M., et al. (2023). Monitoramento da resistência a antibióticos: desafios e perspectivas. Revista de Saúde Pública.
14. Arrais PSD. O uso irracional de medicamentos e a farmacovigilância no Brasil. *Cad. Saúde Pública*
15. Wong A. Os usos inadequados e os efeitos adversos de medicamentos na prática clínica.
16. Melo JRR, Duarte EC, Moraes MV de, Fleck K, Arrais PSD. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19.
17. Naves J de OS, Castro LLC de, Carvalho CMS de, Merchán-Hamann E. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações.
18. Vilarino, J. F., Soares, I. C., Silveira, C. M. da ., Rödel, A. P. P., Bortoli, R., & Lemos, R. R.. (1998). Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil.
19. Galato D, Madalena J, Pereira GB. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação.
20. Guimarães MSA, Tavares NUL, Naves J de OS, Sousa MF de. ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: O TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS EM PALMAS (TO).
21. Bortolon PC, Medeiros EFF de, Naves JOS, Karnikowski MG de O, Nóbrega O de T. Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras.